

Editorial

Crises do Capitalismo Global e as Políticas Públicas de Educação

Raquel Aparecida Souza¹
Universidade Federal de Uberlândia

Leonice Matilde Richter²
Universidade Federal de Uberlândia

Vilma Aparecida de Souza³
Universidade Federal de Uberlândia

Maria Vieira Silva⁴
Universidade Federal de Uberlândia

O Capitalismo pós década de 70 vive movimentos cada vez mais constantes de crises, ou mesmo crises permanentes, que têm provocado efeitos progressivamente mais agudizados, e de intensificação das desigualdades que afetam todas as esferas da vida no nosso planeta. É nesse movimento que acompanhamos o surgimento do neoliberalismo que contextualiza transformações que tiveram como epicentro inicial, segundo Harvey (2014), as mudanças na China, orquestrada por Deng Xiaoping, em 1978; o início da condução do Banco Central dos Estados Unidos (FED), em 1979, por Paul Volcker; a eleição de Margaret Thatcher, em 1979, como primeira-ministra da Grã-Bretanha; e a eleição de Ronald Reagan, em 1980, como presidente dos Estados Unidos. Para Harvey (2014, p.12), esse conjunto inicial levou à propagação da teoria das práticas político-econômicas que se propagaram pelo mundo e que tem como base que “o bem-estar

¹ Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. Docente da Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal, no curso de Pedagogia. E-mail: raquelas@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9208469507359517>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5906-0671>.

² Presidente da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Professora associada de Políticas e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: leonice@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9049041703208746>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7109-3257>.

³ Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa Polis, Políticas Educação e Cidadania – UFU. E-mail: vilmasouza@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1776641740982053>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9420-0908>.

⁴ Presidente da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED/UFU). E-mail: mvieiraufu@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0726794592785841>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>.

humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio”.

Ao longo das últimas décadas o neoliberalismo teria ainda vivido distintas gerações, considerando as crises do próprio sistema. Associado ao projeto de globalização econômica, bem como a reformulação do papel do Estado, uma primeira geração desse modelo, como situa Puello-Socarrás (2008), inicia-se a partir dos anos 1960 e 1970 em países centrais, como os norte-americanos. Nesta perspectiva, o neoliberalismo surge como um processo de reestruturação capitalista, conhecido a partir da “acumulação flexível”, como proposta de reorganização do capital em resposta às crises fiscais, sobretudo em decorrência do modelo de Estado de Bem Estar Social, considerando sua força intervencionista.

Hayek (2010), um dos defensores desse ideal, aponta que o modelo de Estado neoliberal se apresentava como uma solução contrária ao modelo de Estado de Bem Estar Social pois, entre outras características, o papel que era máximo e interventor do Estado, passava a ser o de um Estado mínimo e de não intervenção. Defende-se a tese do individualismo e do respeito à liberdade individual, da qual faz parte a propriedade privada e, nesse sentido, o mercado deve ser autônomo e representar a livre vontade dos indivíduos.

Historicamente o neoliberalismo vai se constituindo como um terreno fértil, fortalecendo-se, nessa visão, como a única possibilidade de resolução dos problemas do capital. Na Inglaterra, um importante marco desse modelo ocorre a partir do governo de Margareth Thatcher (1979-1990) e espalha-se em outros países como uma forma hegemônica, influenciando a maneira de pensar e de viver e se torna um guia teórico aos governos e partidos políticos.

A segunda geração do neoliberalismo estaria mais situada, como aponta Puello-Socarrás (2008), a partir dos anos 2000, e se destaca pela forte presença de reformas políticas e institucionais, mais precisamente no papel do Estado, por meio de parcerias com entidades e organizações que passam a oferecer serviços que antes eram específicos do Estado. Uma outra geração mais atual está situada após os acontecimentos de 2008 nos EUA, em que a administração estatal passa a ser orientada para uma administração privada, surgindo termos como a nova governança ou governança neoliberal. Para alguns autores essa fase também é chamada de novo neoliberalismo.

De modo geral, o processo de consolidação do neoliberalismo em diversos países vai ocorrendo, a partir das várias indicações de medidas e alternativas, tendo como suporte a globalização econômica e suas finalidades de promover uma maior abertura da economia à espaços e lugares ainda não alcançados.

Tomando como referência o pensamento do sociólogo francês Crithian Laval, vemos que o conceito de neoliberalismo não se refere apenas a uma política econômica e monetária, mas faz parte de uma estratégia mundial cuja intenção, entre outras, é a de modificar a sociedade e transformar o homem. Nesse sentido, o Estado não é mínimo pois tem papel central fazer com que as transformações necessárias ocorram para atender à lógica do mercado.

Em artigo publicado no Blog da Boitempo, Laval (2019) aponta que essa intenção que fere os princípios da subjetividade humana procura "transformar justamente os seus valores, transformar as relações de cada indivíduo consigo mesmo. Ou seja, ele difunde um modo de relação capitalista do indivíduo consigo mesmo, fazendo com que cada indivíduo se considere um capital" (LAVAL, 2019).

Em entrevista à Revista de Educação e Política em Debate (REPOD), Laval (2022) pondera que "toda a sociedade, e até mesmo todo o ser humano, está submetida às políticas e técnicas neoliberais de *management*" (LAVAL, 2022, p.525), cujo propósito é fazer "da lógica capitalista a lógica geral da vida humana" (p.525). Nesse sentido, o autor destaca que o neoliberalismo não nega, e não retira o papel do Estado, pois a ele é concedido a função central de assegurar as "condições jurídicas, políticas e culturais do livre mercado, mas também de criar todas as condições institucionais e subjetivas para que toda a sociedade se adapte e se conforme à lógica da concorrência". (LAVAL, 2022, p. 525)

Essa perspectiva é destacada na obra "A Nova Razão do Mundo", em que Dardot e Laval (2016) chamam a atenção para pensarmos o neoliberalismo para além de uma visão simplista relacionando a "retirada do Estado" diante do mercado, pois o Estado não se retira, mas age com muita força para impor, no âmbito das fronteiras nacionais e internacionais, a lógica normativa do capitalismo global "em uma palavra, a compreensão do neoliberalismo é, a nosso ver, uma questão estratégica universal". (DARDOT, LAVAL, 2016, p.13)

Por ser uma estratégia de mudanças e transformações dos indivíduos e da sociedade, suas ações induzem a certos tipos de relações sociais que interferem nas subjetividades, tendo como referência as necessidades impostas pelo mercado e pela economia.

Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 15)

Por vezes essa estratégia vem comandando as políticas públicas, as relações econômicas mundiais, alterando e remodelando a sociedade, seja no âmbito político, econômico, social e subjetivo e, nesse sentido, os autores apontam tratar-se de um plano cujas dimensões buscam uma “nova razão do mundo”, ou seja, uma razão que é global e que, portanto, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica “é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 15)

A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (p.15)

Assim como em outros campos, o neoliberalismo vai se consolidando e passa a ser visto não só como uma estratégia de solução para a ordem econômica, social e política mas, também, como um projeto filosófico e ideológico atuando na esfera educacional, em que o governo, representado pelo Estado, interfere nas políticas educacionais, pois a educação é vista como um papel estratégico e, por meio dela, é possível formar e preparar indivíduos aptos aos interesses capitalistas de produção, difundindo os ideais neoliberais.

A ênfase dos discursos neoliberais, entre outros, é o de que os problemas de crise do Estado estão associados à ineficiência dos modelos de gestão praticados pelos sistemas públicos e, portanto, orientam, dentre as soluções, as reformas na estrutura pública, como é o caso das reformas no sistema educacional, para que ele se desenvolva com mais eficiência, qualidade e equidade.

Maués (2021) lembra que esse processo está intimamente ligado à globalização econômica, considerando a face de internacionalização do capital, o que propicia o neoliberalismo implantar os mecanismos necessários para o desenvolvimento de políticas que contribuem para a expansão da acumulação capitalista em termos planetários.

Às vezes essa lógica vem acompanhada dos discursos empreendidos pelos Organismos Internacionais (OIs), os quais são adotados pelos governos por apresentarem as diretrizes e os recursos necessários para o desenvolvimento das reformas. No Brasil destaca-se o período de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em seus dois mandatos de 1995 a 2002,

quando se evidencia mais claramente o projeto neoliberal, a partir do desenvolvimento de reformas na estrutura estatal pública, visando garantir estratégias para que o país pudesse acompanhar os novos tempos e as exigências do capitalismo contemporâneo.

Nesse período, o receituário neoliberal é presenciado a partir de iniciativas para a privatização de empresas estatais, para a abertura ao mercado externo, liberalização do comércio e para a redução dos gastos públicos.

O Estado é projetado a seguir novos rumos a partir de uma reforma gerencialista que se configura como um importante instrumento de difusão das mudanças e transformações requeridas pelo setor empresarial e mercadológico, mas que, na verdade, trata-se de uma ideologia de reafirmação de que, só pela reforma, o sistema público funcionaria com mais eficiência e eficácia. O discurso que se manifesta não é o de substituição do Estado pelo mercado mas, sim, o de uma reforma nele, para que então ele se manifeste, regulando o mercado. (SOUZA, 2016, p.107)

Tendo em vista que o Estado é responsável pela formulação de políticas públicas, as reformas em curso, e a consolidação do modelo neoliberal, traduzem-se em respostas aos anseios de uma estratégia global que se materializa a cada dia mais, a partir das ações dos governos. Essa compreensão tem como base o conceito de políticas públicas como sendo o “Estado em ação”, adotado por Höfling (2001), em que o Estado é responsável pela promoção das políticas sociais, como é o caso da educação, por meio de ações e programas, assumindo um projeto de governo de um determinado período histórico.

Considerando as características do período histórico vivido nos governos atuais, percebemos como as mudanças vêm começando cada vez muito cedo, desde a educação infantil perpassando todos os níveis e modalidades educacionais, já que a educação é tomada como um investimento que deve produzir renda, e o indivíduo precisa de uma formação que o capacite a ser um empreendedor e um gestor de si mesmo.

O arcabouço político, jurídico e econômico, criado pela Globalização e pelo neoliberalismo, cujo centro é a necessidade de o capital intensificar a exploração dos mercados existentes e a possibilidade de abrir novos, dá sustentação, de forma mais profunda, à premência de se formar o trabalhador que possa responder a esses anseios do processo de acumulação. Nesse contexto, a educação desempenha um papel fundamental, devendo-se, para tanto, criar as condições objetivas, possibilitando a elaboração e a operacionalização de políticas que correspondam à demanda do capital. (MAUES, 2021, p. 191)

Laval (2022) destaca a combinação dessas estratégias na medida em que os governos submetem a educação aos ditames das empresas privadas e retiram as abordagens pedagógicas consideradas perigosas:

Os governos neoliberais, no âmbito escolar e universitário, fazem uso de duas estratégias combinadas que se tornaram, gradualmente, complementares: uma que visa submeter, da forma mais direta possível, o universo educativo e científico aos estritos interesses de potências econômicas privadas e à lógica capitalista; e outra cujo objetivo é combater e eliminar todas as abordagens pedagógicas e todos os conhecimentos que ainda escapam dessa "nova razão do mundo", e que são, portanto, considerados "perigosos" para o sistema dominante. (p. 526)

Essas visões sobre o neoliberalismo e a influência nas políticas educacionais, são percebidas, e debatidas, por importantes estudiosos que apresentam semelhanças e algumas diferenças em suas análises. Como pondera Maues (2021), ao defender o movimento de uma Agenda Global, a “face revelada da educação está assentada em uma Agenda Global, cuja semelhança tem levado a se falar em ‘migração de reformas’, ‘políticas itinerantes’ e ‘políticas viajantes’ (p.193), mas também reconhece que embora o papel da educação no processo da globalização neoliberal vá em direção à uma Agenda Global, “existem diferenças, por vezes sutis, mas importantes, entre as várias acepções desse fenômeno” (p.193).

De fato, as pesquisas e estudos vêm mostrando como que o projeto global neoliberal tem alcançado seus objetivos na educação, a partir das consequências das reformas ocorridas nesse setor. Vemos cada vez mais a ampliação da participação de diferentes representantes de empresas privadas nas decisões e definições das políticas como a BNCC e a BNCC formação, na elaboração de materiais didáticos, na oferta de plataformas de tecnologia, na definição dos perfis da formação dos professores para esse tipo de educação, na oferta de cursos de formação entre outros, os quais são vinculados aos modelos de avaliação externa que garantirá, de alguma maneira, que os perfis desejados, de consumidores e cidadãos de mercado, sejam objetivados por meio das políticas públicas.

A Revista de Educação e Política em Debate (REPOD), buscando acompanhar, e colaborar com essas discussões, lança, em julho de 2022, o número 3 do volume 11, como forma de proporcionar aos leitores, e pesquisadores, o acesso a importantes estudos e pesquisas que poderão auxiliar na ampliação do debate em torno das políticas públicas de educação em tempos de crise do sistema capitalista.

Assim, nessa nova edição, a REPOD apresenta o Dossiê: “Políticas Públicas de Educação em Tempos de Crise do Capitalismo Global”, organizado pelos professores doutores Fernanda Motta de Paula Resende da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Júlio Cesar Torres da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Ângelo Rodrigo Bianchini da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Gostaríamos de externar nossos agradecimentos ao valioso trabalho e à dedicação empreendida para a concretização desse Dossiê, o qual agrega ricas contribuições de importantes pesquisadores das mais variadas regiões do país, composto por 14 artigos e uma entrevista realizada com a professora Judith Naidorf da Universidade de Buenos Aires, que desenvolve importantes reflexões sobre a políticas públicas de educação em tempos de crise do capitalismo global.

Nesse número a Revista também conta com artigos de demanda contínua com autores(as) de diferentes regiões do país, como o manuscrito “Valorização do magistério e educação em tempo integral na rede de ensino pública municipal do Rio de Janeiro”, das autoras Flávia Martins e Lígia Martha Coelho, no qual fazem uma análise das perspectivas e desafios presentes nos planos municipais de educação e de carreira das redes públicas de ensino do estado do Rio de Janeiro.

Outro manuscrito é o intitulado de “As ações afirmativas para ingresso no Instituto Federal do Triângulo Mineiro: uma análise de caso dos cursos técnicos do Campus Uberlândia” dos autores Sthéfany Araújo Melo, Ana Clara Santos Costa, Adriano Eurípedes Martins e Robson Luiz de França. O estudo objetivou analisar, sob a óptica da Lei nº12.711/2012, a política de ingresso implementada pelo IFTM *Campus* Uberlândia nos últimos 5 anos, de 2016 a 2020.

O ensaio teórico de autoria de Antônio Ludwig, intitulado “Educação para o trabalho e educação para a cidadania”, o autor avalia as finalidades relativas à educação para o trabalho e cidadania previstas na Base Nacional Comum Curricular.

O número conta ainda com a resenha da obra “Pedagogia Hospitalar e Formação Docente: A arte de ensinar, amar e se encantar”, da autora Maria do Carmo da Silva Mutti, realizada por Paola Beatriz Frota Almeida e Maria Edith Romano Siems, da Universidade Federal de Roraima. Trata-se de uma importante contribuição da obra para o aprofundamento na área da Educação ofertada a crianças e jovens no âmbito hospitalar, envolvendo análises das políticas públicas, na área da Educação Hospitalar, sobre Formação Docente, Pedagogia Hospitalar e os desafios dessas temáticas na atualidade.

Registramos nossa gratidão pelo empenho de todos(as) os(as) colaboradores(as) da REPOD que gentilmente contribuíram para que mais um número da Revista fosse publicado:

aos(a) organizadores(a) do Dossiê; aos(as) autores(as); aos(as) pareceristas; à equipe de formatação e editoração; à equipe de mídias sociais; às editoras; e aos revisores em geral.

Desejamos a todos(as) uma proveitosa leitura!

Referências

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Traduzido por Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil. 6 ed., 2010.

HÖFLING, E.M. *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*. Cadernos Cedes. Ano XXI, nº 55, novembro/2001, 30-41.

LAVAL, C. *Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação*. [Entrevista cedida a] Maria Vieira da Silva. Revista Educação e Políticas em Debate, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 522-529, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/65383>. Acesso em: 25 abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n2a2022-65383>.

LAVAL, C. O ataque estratégico do neoliberalismo à educação. Blog da Boitempo. São Paulo, 30 set. 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/>. Acesso em: 01 jul. 2002.

MAUES, O. C. A Agenda Global da Educação no contexto da Covid-19. Revista Linhas. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 187-216, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20679/13148>. Acesso em 06 nov. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984723822492021187>.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. *Nueva Gramática del Neo-liberalismo. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Argentina/fisyp/20120504070044/Nu_gram_neo.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.

SOUZA, R. A. *Formação de professores/coordenadores pedagógicos a partir do Programa Nacional Escola de Gestores: a experiência no Tocantins*. 2016. xv, 270 f., il. Tese (Doutorado em Educação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22653>. Acesso em: 28 jun. 2022.